

NA VÉSPERA DE NÃO PARTIR NUNCA

Sem completar as reformas econômicas inacabadas, o futuro presidente não obterá o crescimento sustentado.

Márcio G. P. Garcia¹
17 de maio de 2002

Em sua autobiografia, John Stuart Mill conta que, durante sua campanha para o parlamento inglês, em uma reunião pública com trabalhadores, foi levantado um cartaz contendo uma declaração prévia de Mill que chamava os trabalhadores ingleses de mentirosos, mas que ainda assim eram melhores do que as classes trabalhadoras estrangeiras por sentirem-se culpados. Perguntaram-lhe então se tais palavras eram verdadeiras. Quando ele as confirmou, seus assessores começaram a temer por suas próprias vidas. Mas, ao contrário, o que se ouviu foi um estrondoso aplauso. Os trabalhadores pareciam ter encontrado alguém em quem confiar.

Apesar de tal anedota, é natural que as necessidades sociais aliadas às conveniências eleitorais pressionem os candidatos a prometerem muito mais do que de fato poderão cumprir. Infelizmente, esta parece ser a regra na democracia, que duramente reconquistamos em 1985, e da qual não queremos abrir mão. Em 1986, com o plano Cruzado, tivemos a efêmera ilusão de que havíamos derrotado a megainflação e estávamos abrindo o caminho para a volta do crescimento econômico, dessa vez com justiça social. Desde então, passaram-se mais de oito anos, com megainflação e sem crescimento, e um total de sete planos até que conseguíssemos, com o Plano Real, voltar a conviver com níveis civilizados de inflação e pudéssemos voltar a sonhar com o crescimento sustentado que nos abandonou desde a década de 70.

Os elementos geralmente mais destacados do lançamento do Real são a mágica monetária da URV e a âncora cambial. Menos lembrado é que o pilar fundamental que impediu que o plano desandasse como os anteriores foi o ajuste fiscal conjugado ao conservadorismo monetário. O ajuste fiscal, ainda que precário e provisório, conseguiu conferir a credibilidade inicial indispensável ao sucesso do Real.

Recentemente, o Presidente da República manifestou sua satisfação com a coerência das diretrizes econômicas propugnadas pelos principais candidatos à sua sucessão. De fato, ao contrário do período do Cruzado, não é mais de bom tom atribuir à ideologia a necessidade de perseguir uma política fiscal austera. Mais do que isso, hoje temos a Lei de Responsabilidade Fiscal, que limita seriamente a capacidade de governantes irresponsáveis em gastar mais do que o orçamento permitiria, trazendo danos à população. Este, sem dúvida, foi um aprendizado fundamental.

¹ Ph.D. em economia por Stanford, professor do Departamento de Economia da PUC-Rio, escreve mensalmente neste espaço às sextas-feiras (<http://www.econ.puc-rio.br/Mgarcia/index.html>).

Apesar do enorme avanço institucional na parte fiscal, não será tarefa fácil para o novo presidente manter o equilíbrio fiscal indispensável à estabilidade inflacionária, nem tampouco garantir as bases para o crescimento sustentado da economia. Isto se deve a dois fatores básicos. O primeiro fator é saber aproveitar condições internacionais eventualmente favoráveis. Estas são como os ventos que impulsionavam as caravelas das grandes navegações: aos marinheiros restava pouco mais a fazer do que contar com a sorte.

O segundo fator é a criação de condições internas favoráveis ao aproveitamento das oportunidades da economia global. Neste quesito, estamos bem atrasados. Se, como no plano inicial, tivéssemos conseguido levar a cabo as diversas reformas estruturais desejadas—tributária, previdenciária, e trabalhista—, além de outras modificações essenciais como a autonomia do Banco Central para perseguir a meta de inflação fixada pela sociedade, hoje estaríamos em muito melhor posição para voltar a crescer. O problema é que não só não avançamos muito na agenda das reformas, como a maioria dos candidatos critica duramente as reformas que foram feitas. Ou seja, censura-se o que se deveria ver como as virtudes do governo FHC, deixando-se de criticar suas deficiências, que foram deixar incompleta a agenda das reformas econômicas. Ainda que nenhum candidato advogue abertamente a ganância desenfreada e a volta da inflação, suas propostas, se efetivamente levadas a cabo, levarão exatamente a isso: perda da estabilidade e continuação do lento e instável crescimento.

Contados os votos, não importa quais as promessas feitas, o futuro presidente se verá como o comandante da esquadra de caravelas que singrava o Atlântico há mais de quinhentos anos em busca do desconhecido. É preciso ter boa ciência, muita habilidade, coragem e persistência para aproveitar os bons ventos, se eles vierem. Para tanto, esperamos que o novo presidente lembre-se dos versos do poeta português que acalentaram a luta pela redemocratização: “navegar é preciso, viver não é preciso.” Se assim não for, também no dizer do poeta, ficaremos encalhados, “na véspera de não partir nunca.”